

Exmos. Srs.

A Secretaria-Geral da Economia, convida-vos a apresentar proposta, para a celebração de contrato de:

“Aquisição de serviços de patrocínio judiciário para a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, nomeadamente o acompanhamento e apoio no âmbito do processo judicial que corre no Juízo de Instrução Criminal de Évora, sob o n.º 241/18.4T9VVC”

1. Objeto do Convite

O objeto do convite é a “Aquisição de serviços de patrocínio judiciário para a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, nomeadamente o acompanhamento e apoio no âmbito do processo judicial que corre no Juízo de Instrução Criminal de Évora, sob o n.º 241/18.4T9VVC”.

a) O presente convite é efetuado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º, conjugado com a alínea a) do nº 1 do artigo 40º do Código dos Contratos Públicos (CCP), em função de critérios materiais a uma empresa da especialidade dada a especificidade do objeto do contrato.

2. Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é o Estado Português, através da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e Transição Digital, abreviadamente designada por SGMETD, sita na Av. da República, n.º 79, 1069 -218 Lisboa.

3. Órgão que Tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho de 23 de dezembro de 2021, exarado na Informação nº SGE/DSCPP/INF/17129/2021, do Secretário-Geral do Ministério da Economia e Transição Digital, órgão competente para autorizar a despesa fundamentando a escolha do procedimento ao abrigo da base legal constante na alínea b) do n.º 1 deste convite.

4. Prazo e Modo de Apresentação da Proposta

- a) A proposta deverá ser apresentada até às 23h59 do 4º dia após disponibilização das peças do procedimento na plataforma eletrónica AcinGov.
- b) Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, pelo mesmo meio, ou seja, pela plataforma eletrónica AcinGov.
- c) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por um representante que tenha poderes para obrigar a entidade.

5. Caraterização dos Serviços

A prestação de serviços deve ter as especificações definidas no caderno de encargos.

6. Valor Base do Procedimento

- a) O preço base total do procedimento é de 19.800,00 € (dezanove mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- b) O preço valor/hora máximo que a Entidade adjudicante se dispõe a pagar no âmbito da presente prestação de serviços, é de 90,00€ (noventa euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

7. Documentos da Proposta

1. Documentos de Suporte à Proposta

- a) O presente convite;
- b) Declaração do Anexo I do CCP;
- c) Declaração de cumprimento do regulamento geral de proteção de dados.

2. Documentos que terão de acompanhar obrigatoriamente a proposta

- a) Declaração do Anexo I (a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP, devidamente preenchida;
- b) Preenchimento da Declaração de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, anexo III a este convite e que dele faz parte integrante.

3. Elementos a indicar obrigatoriamente na proposta

- a) Indicação do valor/hora com indicação expressa da não inclusão do IVA;
- b) Indicação do valor total da proposta sem inclusão do IVA.

4. Condições da proposta

- a) A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes;

- b) Não são admitidas alterações de cláusulas do caderno de encargos;
- c) Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59º do Código dos Contratos Públicos.
- d) As propostas não serão objeto de negociação.

8. Dúvidas e Esclarecimentos

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da funcionalidade existente na referida plataforma eletrónica.
- b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, pelo mesmo meio, pela gestora do processo.

9. Prazo de Execução

- a) A prestação de serviços de “Aquisição de serviços de patrocínio judiciário para a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, nomeadamente o acompanhamento e apoio no âmbito do processo judicial que corre no Juízo de Instrução Criminal de Évora, sob o n.º 241/18.4T9VVC”, produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro do ano de 2023.
- b) O contrato manter-se-á em vigor até total cumprimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

10. Documentos de Habilitação

- 1. O concorrente deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos via plataforma eletrónica:
 - a) Declaração comprovativa de não ser devedor à Segurança Social;
 - b) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada passada pela Repartição de Finanças;
 - c) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do mesmo código;
 - d) Certidão da Inscrição no Conselho Geral da Ordem dos Advogados;
 - e) Certidão de registo criminal de pessoa coletiva;

- f) Certidão de registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. Concede-se o prazo de 3 dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP.

11. Caução

Não há lugar à prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do CCP.

12. Contrato

- a) O procedimento levará a realização de contrato, que será reduzido a escrito;
- b) Todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

13. Legislação Aplicável

Em tudo o omissa na presente carta convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Junta:

MARIA DE
LURDES
DUARTE
DOMINGOS
PITEIRA

Assinado de forma
digital por MARIA DE
LURDES DUARTE
DOMINGOS PITEIRA
Data: 2021.12.23
16:05:51 Z

- a) Anexo I ao convite – declaração prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP;
- b) Caderno de Encargos.
- c) Anexo II, declaração prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP.
- d) Anexo III – Declaração de cumprimento do regulamento geral de proteção de dados

ANEXO I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº 3 do artigo 256º-A, conforme aplicável)

1 – . . . (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) . . . (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de . . . (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) . . .

b) . . .

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1, e nos nºs. 2 e 3 do artigo 57º.
- (4) Nos termos do disposto nos nºs. 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO II

Modelo da declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
(RGPD)**

(Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016)

O concorrente (nome) _____, com o NIPC _____, que apresenta proposta para o Procedimento 0168/DGCP/2021 *“Aquisição de serviços de patrocínio judiciário para a Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, nomeadamente o acompanhamento e apoio no âmbito do processo judicial que corre no Juízo de Instrução Criminal de Évora, sob o n.º 241/18.4T9VVC”* declara que obriga-se a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018.

Local, __ de _____ de 2021.

(Assinatura)